

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

CONSELHO SUPERIOR

Reunião ordinária de 27 de novembro de 2020

Webconferência

Ata 08/2020

Na data acima citada, o Conselho Superior do IFSul reuniu-se ordinariamente, sob a presidência do reitor, professor Flávio Luis Barbosa Nunes. Participaram da webconferência os conselheiros, conselheiras, convidados: Nilo Moraes de Campos, Natali Farias Cardoso, Alexandre Pitol Vieira, Lucas Vanini, Giuliana Carmo Oliveira, Carlos Jesus Anghinoni Correa, Ana Cristina Rodrigues da Silva, Janete Otte, João Abadi Soares Prietsch, Maria Eduarda Tolentino Duarte, Jussara Maria da Silva Pereira, Mack Leo Pedroso, Tomaz Fantin de Souza, Alexandre Ferreira Escouto, Jéferson Fernando de Souza Wolff, Charles Sidarta Machado Domingos, Emily da Costa Pinto, Cláudia Redecker Schwabe, Evandro Fernandes, Laís Milena Rosa Correa, Thais Burlani Neves, Fernanda Veleda Camacho, Marco Antônio da Silva Vaz, Vivian Anghinoni Cardoso Correa, John Anderson Lopes da Costa, Pablo Machado Mendes, Denise Perez Lacerda, Davi Dummer Cardoso Vergara, Magda Santos dos Santos, Cláudia Anahi Aguilera Larrosa, Roberta Gonçalves Crizel, João Gilberto Obelar Soares, Tales Emílio Costa Amorim, Gabriel Rockenbach de Almeida, Amanda Oliveira Geiger, Francisco Carlos Gonçalves Brongar, Janaina Corneli Giulia D'Avila Vieira, Tiaraju Molina Andreazza, Clotilde Conceição Vitória, Celso Silva Gonçalves, Everton da Silva Felix, Cristian Oliveira da Conceição, Gabriele Laís Mandler, Marcus Eduardo Maciel Ribeiro, Rocelito Lopes de Andrade, Yuri Samuel da Rosa, Claudia dos Santos Cláudio, Daniel Gonçalves Emmanuelli, Eloisa Maria Wiebusch, Elton Rodrigues da Silva, Giovane Teles Tier, Rafael Theis Dittgen, William Junior Sperb., Amauri Costa da Costa, Michel Formentin de Oliveira, Carla Simone Guedes Pires, Raquel Janelli, Laerte Radtke Karnopp, Ana Paula Nogueira e Silva, Leandro Waltzer Einhardt, Rodrigo Nascimento da Silva, Vinicius Martins, Antônio Carlos Barum Brod, Berenice Mattos da Silva e as intérpretes de Libras Daiane, Analu e Ana Marcy, Cibele, Daiane, Elisa. Justificaram a não participação Fernando Rodrigues Montes D'Oca, Raquel Sperb Xavier, Carla Comerlato Jardim e Gislaine Gabrieli.

Informes do Presidente: Dando início à reunião, o presidente falou sobre o **racismo**, a partir de fato de extrema violência recentemente acontecido na capital, enfatizando que a instituição precisa gerar consciência para combater esse mal com ações, projetos e reflexões. Convidou os conselheiros para participarem do Seminário de Direitos Humanos, com o tema “A promoção da igualdade racial”, que será realizado dia 30, às 19 horas e a se engajarem nessa luta que é de toda a sociedade. A seguir, tratou do **planejamento do CONSUP**. Explicou que embora tenha manifestado anteriormente a realização de reunião extraordinária, para tratar da avaliação da continuidade da suspensão das atividades presenciais, chamará reunião ordinária, dia 15 de dezembro, pois surgiu a necessidade de discutir outros temas ainda este ano. Será aberto pedido de pauta até dia 2, posteriormente alterado para dia 3, atendendo solicitação da conselheira

Ana Cristina Silva. Lembrou que no início das APNPs alguns câmpus optaram por calendário extraordinário, outros pela retomada do calendário letivo. Para estes, o segundo semestre 2020 deverá iniciar em fevereiro/março 2021, então será necessária a entrada de novos estudantes nesse período. Considera ainda não haver condições sanitárias para processo seletivo normal; assim foi conversado no Codir e nos câmpus formas alternativas de ingresso, considerando as possibilidades de sistema que temos. PROEN fez estudo apontando características e dificuldades que teríamos para realizar seleção por histórico, sorteio, SISU ou ENEM. Salientou que as propostas sobre a forma de ingresso que serão apresentadas para discussão dia 15 terão caráter excepcional, válidas apenas para o ingresso de fevereiro 2021. Sobre as APNPs, lembrou que todos os câmpus já as estão ofertando; o auxílio conectividade dado pelo instituto foi o maior do país; disse que dia 14 será realizado seminário de relatos de experiências das APNPs e criado espaço virtual para dialogar sobre essas práticas. Será lançada, a partir da próxima semana, avaliação institucional da aplicação das APNPs, permitindo o acompanhamento da sua aplicação. Divulgou que durante o mês de dezembro estará realizando visita virtual a cada câmpus, para ouvir as comunidades sobre questões mais pontuais. Conselheira Gabriele Mandler salientou a importância de focar em ações afirmativas, mencionou a necessidade de garantia de cotas, independente de forma de ingresso e também de estendê-las para os cursos de pós. O presidente afirmou que as cotas não estão em discussão, elas continuam valendo para qualquer formato de ingresso. Conselheira Claudia Cláudio relatou que alunos cotistas ficaram de fora do atendimento digital, que, em alguns câmpus, ficaram para trás quando começaram as APNPs. Presidente contrapôs, dizendo quem todos os inscritos nos editais foram contemplados, desde que em vulnerabilidade social. Conselheiro Celso Gonçalves e outros diretores perguntaram se foi feito levantamento sobre quem não foi atendido e pediu que fossem repassadas tais informações aos câmpus.

Atas 05 e 06/2020: colocadas em apreciação:

1. Aprovar atas 05 e 06/2020 – 46 (aprovadas)

2. Não aprovar - 0

3. Abstenções - 5

Plano de contingência: os representantes da comissão apresentaram o trabalho realizado até agora. Dra. Raquel apresentou panorama do cenário epidemiológico do momento, salientando estarmos num momento ascendente da curva, por conta de relaxamento do controle; que não devemos nos basear pelas bandeiras, uma vez que há conflito de interesses. Engenheiro Leandro salientou que a comissão procurou definir medidas preventivas, especificando produtos de higiene e equipamentos que devem ser utilizados de forma institucional, mas considerando as especificidades de cada câmpus. Lembrou que o plano é dinâmico, devendo ser atualizado conforme modificação do contexto. Ana Paula informou correção em dados no documento: pág. 4 – data de aprovação das APNPs é 20 de agosto e pág. 26, item 6.4, o afastamento é por 10 dias. Explicou que cada unidade do IFSul deverá fazer o seu plano de contingência, por conta da legislação, atendendo suas exigências mínimas e o Plano de Contingência. Carlos explicou que o plano foi embasado em dados de pessoas com conhecimento técnico nas áreas. Discutido profundamente, conselheiros consideraram haver inadequações nos itens 4.6 (controle de temperatura), 4.7.1 (acesso e circulação nas dependências do IFSul) e 4.7.10 (atividades essenciais), que deverão ser revistos pela comissão para a sua adequação às necessidades e apresentados ao Conselho na reunião do dia 15/12. Presidente agradeceu o trabalho

realizado pela comissão. Sobre circulação nas dependências, conselheiros Alexandre Boeira e Janete Otte solicitaram que no plano conste brecha, não como exceção, mas como excepcionalidade, que permita acesso de alunos aos câmpus, principalmente concluintes, para que possam finalizar seus trabalhos, e de alunos que fazem pesquisa com produtos de safra, uma vez que as Diretrizes preveem essa situação. Mencionada a necessidade de observar os prazos estipulados pela Capes para avaliação dos pós. Conselheira Cláudia Larrosa sugere encaminhar correspondência pressionando Capes. Conselheira Cláudia Cláudio informou que portaria 121/2020 da Capes prorrogou até 2021. Pró-reitor Vinicius Martins confirmou prorrogação até abril 2021, mas salientou a necessidade de os trabalhos serem finalizados para apresentação. Diretor Michel Oliveira lembrou que sempre que servidor/aluno for ao câmpus, haverá necessidade de pessoal da limpeza para fazer a higienização dos ambientes. Conselheira Gabriele Mandler salientou que sempre que alguém for a uma unidade da instituição, deve ser feito o registro de sua presença, inclusive setor de limpeza, para rastreio, se necessário. Pró-reitor Vinicius Martins reforçou que os itens 4.7.1 e 4.7.10 prejudicam os programas de pós. Conselheira Gabriele Mandler destacou a necessidade de rever contratos de limpeza, pois o retorno presencial, quando houver, vai exigir o uso de muito mais material, e específico; relatou também a necessidade de garantir o rodízio dos terceirizados. Conselheiro Celso Gonçalves considera a necessidade de um plano B, para atender situações não previstas nas condições gerais de discussão, exemplificando com a impossibilidade de usar carros oficiais para entrar no Uruguai (o plano B seria o uso do carro do servidor). Representante da comissão, Ana Paula propõe submeter à votação o documento como um todo e analisar as considerações até o próximo Conselho, permitindo analisar com calma as sugestões apresentadas. Conselheiro Carlos Correa lembrou que o cenário deverá ser avaliado constantemente, o que permitirá adequação do documento. Concordando com o conselheiro Alexandre Escouto, o presidente confirmou que se aprovado como está, o seu teor valerá até que modificações sejam aprovadas pelo Conselho, independente de mudanças no cenário. O presidente encaminhou a votação, como segue:

- 1. aprovar a proposta da comissão, acordado que serão estudados os itens mencionados e outros que venham a surgir, retornando dia 15 - 26 votos (aprovada)**
2. Analisar os itens discutidos hoje - 15
3. Abstenções - 7

Sobre a proposta de oficiar a Capes sobre avaliação dos Mestrados, o presidente explicou que Conif/Andifes já o fizeram, mas ela não tem sido simpática às alterações. Solicitou que o pró-reitor Vinicius Antunes encaminhe ofício em nome do IFSul. Conselheira Gabriele Mandler pediu que sugestões para discussão do Plano sejam enviadas para a comissão. Conselheiro Alexandre Escouto ratificou que o teor do documento deve ser observado na íntegra, até que quaisquer alterações sejam aprovadas por este Conselho.

Plano Anual de Auditoria Interna 2021 – PAINT: auditor Laerte Karnopp explicou como foi construído o Plano, que antes de vir ao Conselho é submetido à CGU. Este ano foi aproveitada a matriz feita no final de 2019 junto com os gestores; que o plano não foi desenvolvido em 2020, com exceção de uma auditoria que está sendo desenvolvida na PROGEP. Explicou que no anexo 3 constam as ações previstas para 2021. Sem considerações, a proposta foi levada à votação:

- 1. Aprovar PAINT 2021 - 41 (aprovado)**

2. Não aprovar PAINT 2021 - 0
3. Abstenções - 1

Contrato do IFSul com Google: conselheiro Francisco Brongar disse termos Lei de Proteção de Dados, nº13.709, de agosto de 2018, e penalidades surgem a partir do próximo ano. Sobre a adesão ao G-Suite, perguntou se houve contrato assinado com o Google e, em caso positivo, se poderia ser disponibilizado; se a comissão de segurança de TI e a Procuradoria emitiram pareceres e o que foi feito com dados dos servidores e alunos em relação à Lei 13.709. Diretora Carla Pires disse não haver contrato, e sim termo de prestação de serviços de forma gratuita, feito apenas com instituições de ensino. Disse que 37 institutos já aderiram à plataforma Google for Education. Com relação à legislação vigente, o Google está em conformidade, bem como à segurança da privacidade dos dados, conforme podem esclarecer os links: Central de privacidade: <https://edu.google.com/intl/pt-BR/why-google/privacy-security/> e Políticas de privacidade: <https://policies.google.com/privacy?hl=pt-BR#intro>. O presidente ressaltou que a adesão foi um ganho importante para servidores e alunos, que vem sanar uma série de dificuldades que tínhamos. Servidores e alunos têm e-mail ilimitado e acesso às demais ferramentas ofertadas pelo Google, que contribuem na aplicação das APNPs. Salientou estarmos protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados, o que, entretanto, não impede o ataque de hackers. Conselheiro Alexandre Escouto perguntou se havia outras alternativas gratuitas e, em caso positivo, por que o Google foi escolhido. Diretora Carla Pires respondeu que gratuitos são dois, Google e Microsoft, inclusive já foi feita adesão com Microsoft Education, que já tem uma série de ferramentas disponíveis para nossos alunos e servidores. A opção pelo Google foi o fato de o servidor ser ilimitado. Explicou que não foi solicitado parecer jurídico para a adesão de nenhum dos dois serviços, que os dados pessoais não são entregues à Google, que temos parecer jurídico favorável à migração dos e-mails para Google, pois foi feita contratação. A equipe de TI foi capacitada para desenvolver internamente e melhorar serviços oferecidos pelo Google.

Relatório de votação eletrônica/eleição para reitor e diretores de câmpus: a representante da comissão, Ana Paula Silva, fez um relato do estudo feito sobre meios de realizar o processo de forma virtual, a partir dos já realizados em outras instituições; que algumas que usaram o sistema Helios Votting já estão com os processos concluídos. Salientou que mesmo tenha apresentado pareceres, o Consup, se achar conveniente, pode solicitá-lo à Projur. Explicou que se for considerado viável este modo de votação, o Conselho deverá solicitar à DTI que inicie as tratativas para adoção do sistema, implantação e testes. Considerou a importância de que conste, na regulamentação eleitoral, uma comissão técnica responsável pelas fases do processo de votação. Destacou que, não sendo um sistema de gestão de eleições, demanda um aparato de organização para atender as demais etapas do processo eleitoral. O sistema só permite a criação das urnas virtuais, a votação e a apuração. Diretora Carla Pires destacou que a ferramenta já está sendo trabalhada na instituição. O relatório foi colocado em votação, como segue:

1. Aprovar relatório da comissão – 44 (aprovado)
2. Não aprovar relatório da comissão – 1
3. Abstenções - 2

Eleição para reitor e diretores de câmpus: conselheira Janete Otte considerou importante fazer piloto do processo virtual na eleição para representantes do Consup. Diretora Carla Pires explicou que Suap tem módulo de eleições que seria interessante para uso na eleição dos conselheiros, uma vez que o sistema Helios vai demorar algum tempo para estar funcional e o teste, hipotético, deverá ser feito atingindo toda a comunidade, pois o teste num grupo pequeno não seria eficiente. Sobre a eleição para gestão do IFSul, o presidente ratificou que temos 90 dias para desenvolver todo o processo eleitoral; que este não foi disparado em setembro, quando apenas houve a iniciativa de promover o estudo sobre como realizar processo virtual. No início de fevereiro será chamada reunião extraordinária para disparar o processo eleitoral, que deverá estar concluído em maio, quando os nomes serão encaminhados ao MEC. O início antes dessa data poderá trazer problemas jurídicos à instituição. Disse ser favorável à utilização do processo digital de votação. Respondendo à conselheira Claudia Cláudio, o presidente informou que o formato vale para as eleições de conselhos de câmpus.

Alteração do Regimento Geral: Diretora Ana Paula Silva explicou a necessidade de modificá-lo para adequação ao Estatuto, por conta das alterações referentes à Auditoria Interna, conforme detalhado na reunião extraordinária. Havendo o quórum qualificado exigido, a proposta foi levada à votação, como segue:

1. **Aprovar alteração no Regimento Geral - 47 (+1) aprovado**
2. Não aprovar alteração no Regimento Geral - 0
3. Abstenções -1

Obs: o registro (+1) deve-se ao voto do conselheiro João Abadi Prietsch, não computado por problemas no sistema.

Regimento Interno da UIAG: o auditor Laerte Karnopp explicou a necessidade de criar o documento, para atender à determinação da CGU, que exigiu que todas as unidades tivessem seu regimento. A proposta do Regimento foi colocada em votação, como segue:

1. **Aprovar Regimento da UIAG - 45 (aprovado)**
2. Não aprovar Regimento UIAG - 0
3. Abstenções – 0

Definição da continuação do formato de oferta remota para o primeiro semestre 2021: a conselheira Janete Otte justificou que grupo de 40 docentes solicitou a pauta, preocupado em como seria a continuidade ou recomeço das aulas no próximo semestre, pedindo a avaliação da prorrogação da continuidade das atividades remotas. O presidente ratificou que a avaliação se dará dia 15; que as APNPs aprovadas nas Diretrizes não têm prazo de validade, podendo ser usadas quando necessário, o que permite que as atividades para o próximo semestre sejam pensadas nesse formato.

Participação equitativa de todos os segmentos na instituição: conselheira Claudia Cláudio disse ter sido atendida quando tratada a pauta referente às eleições, uma vez que o processo virtual de eleições pode ser usado para conselho de câmpus.

Retorno das demandas dos servidores para Pós-graduação: o pró-reitor Vinícius Martins retornou sobre a demanda feita no IFSul referente à pós, respondida por 268 servidores que registraram interesse em cursar algum dos cursos de pós-graduação ofertados pela instituição. A partir da demanda foi feita reunião com as pós para avaliar

se os cursos poderiam atendê-la, se era importante a reserva de vagas, ou se tinham outra proposição. Leu a resposta apresentada pelos diversos colegiados, a maioria contrária, com exceção dos cursos ofertados no câmpus Pelotas e Jaguarão. Conselheiro Nilo Campos considerou pequena a participação na enquete e lamentou a existência de nichos retrógrados e com pensamento conservador na instituição, no sentido de não incentivar a qualificação de seus servidores. Solicitou que reitoria e câmpus destinem mais verbas para a capacitação dos servidores. O presidente disse que os câmpus favoráveis já podem lançar os editais com essa informação. Disse, também, que apesar de todas as dificuldades, foi lançado edital de ressarcimento para este ano, contemplando todos os inscritos, embora com valor menor. Conselheiro Nilo Campos considera atraso para a instituição a decisão tomada pelos colegiados e diz não ver motivação no Conselho para confrontar a decisão dos colegiados, mesmo sendo ele o órgão máximo que deveria tomar a decisão. Ratificou que a decisão é do Conselho, o colegiado pode ser consultado. Após ampla discussão, foi colocada em votação a seguinte proposta:

1. **Adiar a apreciação da reserva de vagas para dia 15/12 - 24 (aprovado)**
2. Apreciar hoje a reserva -15
3. Abstencões – 5

Nada mais havendo a ser tratado, eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei esta ata, que após avaliada, será aprovada pelos participantes.